



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

8723 - Trabalho Completo - 3ª Reunião Científica da ANPEd-Norte (2021)

ISSN: 2595-7945

GT 03/GT 06 - Movimentos Sociais, Sujeitos e Processos Educativos e Educação Popular

Caminhos históricos da implantação e implementação da Escola Comunitária Casa Familiar Rural de Conceição do Araguaia no Pará – CFR

Walnéia Benigno Magalhães Carrijo - UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS

Darlene Araújo Gomes - UFT-PPPGE - UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS

Jocyléia Santana dos Santos - UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS

CAMINHOS HISTÓRICOS PERCORRIDOS NA IMPLANTAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DA ESCOLA COMUNITÁRIA CASA FAMILIAR RURAL DE CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA NO PARÁ – CFR

A presente pesquisa aborda o percurso histórico da implantação e implementação da Escola Comunitária Casa Familiar Rural de Conceição do Araguaia no Pará – CFR, como símbolo de resistência e defesa pelos direitos dos povos que vivem no e do campo, no contexto político do estado liberal brasileiro.

As CFR têm por objetivo dar oportunidades aos filhos dos agricultores a formação escolar, agregando um currículo com conhecimentos científicos e práticos, contextualizados com as atividades desenvolvidas no campo e mediados pela Pedagogia da Alternância. Muitos são os desafios para implementar essa prática que propõe uma alternativa para além do modelo pedagógico das escolas tradicionais como política pública de educação do campo, conquistada pelos movimentos sociais e legitimadas por lei.

A primeira CFR do Brasil, foi implantada no Nordeste, no município de Arapiraca, Estado de Alagoas, no ano de 1981 (ESTEVAM, 2012). Não são criadas por casualidade, uma vez que são demandas dos movimentos sociais em busca da educação voltada para a realidade das famílias camponesas que não querem perder a sua identidade nem seu vínculo com o campo.

Neste modelo de escola, o ensino é mediatizado pela Pedagogia da Alternância, que deixa para trás uma pedagogia plana para ingressar numa pedagogia no espaço e no tempo e diversificam-se as instituições, bem como os atores implicados. Segundo Gimonet (2007, p. 19) “[...] jovem (pré-adolescente, adolescente ou jovem adulto) em formação, isto é, o

alternante, não é mais aluno da escola, mas já é um ator num determinado contexto de vida e num território”. Partindo desta expectativa, iniciam-se diálogos e parcerias que as consolidam como instituições escolares.

Com base nesses pressupostos, este estudo objetiva investigar sobre os condicionantes sociais e políticos que permearam o movimento de implantação da referida escola, observando o trajetória percorrida pelos sujeitos do campo que são constituídos por homens e mulheres vinculados ao meio rural, que como sujeitos políticos, agem coletivamente em defesa do direito de acesso e permanência a uma escola a ser construída, partindo da perspectiva do rural em oposição ao modelo urbano, propondo desenvolver uma escola assentada na relação do trabalho produtivo com a educação escolar em contraposição a proposta de escola do campo urbanizada que é oferecida pelo poder público.

Com a metodologia, História Oral Temática e abordagem qualitativa, foram entrevistados 03 (três) sujeitos envolvidos no processo de implantação e implementação da CFR, para apreender, por meio das suas narrativas, os processos de continuidades e rupturas presentes desde a sua implantação, em 2004, como também a trajetória de lutas para sua implementação até os dias atuais. Como aporte teórico, dialoga-se com diversos autores entre os quais Barroso (2005), sobre liberalismo, Estado e educação; Gimonet (2007), Estevam (2003), sobre educação do campo e Casas Familiares Rurais; Alberti (2005), sobre História Oral Temática e outros. Consultou-se os marcos legais, como as LDB 4024/61, 5692/71, 9394/96, Parecer CEB/MEC 36/2001 e o Projeto Político Pedagógico da CFR (2009).

Desta forma, este estudo buscou “dar vozes” aos que foram protagonistas no processo de implantação e implementação da CFR, observando que a escolha dos entrevistados, foram “guiadas pelos objetivos da pesquisa”, conforme orientações de Alberti (2005), sendo que a mesma autora assevera que os estes devem estar “entre àqueles que participaram, viveram, presenciaram ou se inteiraram de ocorrências ou situações ligadas ao tema e que possam fornecer depoimentos significativos” (ALBERTI, 2005, p. 31-32).

Ademais, nos tensionamentos provocados pelos movimentos que lutam por uma educação do campo no Brasil tem se juntado o movimento da criação das CFR's, que enfrentou e enfrenta desafios, pois além de serem escolas voltada para os camponeses, a experiência propõe a alternativa de um modelo pedagógico distinto das escolas tradicionais, especialmente no que diz respeito ao currículo e ao tempo escola e tempo comunidade, que desde a sua criação na França em 1935, foi aos poucos adaptando-se e adequando-se as necessidades das regiões onde estavam sendo implantadas, hoje consolidado no modelo da pedagogia da alternância que para Gimonet (2007) trata-se de um sistema educativo em que o processo de ensino e aprendizagem acontecem de maneira interdependentes entre os espaços e os tempos de formação, interagindo com os conhecimentos e as relações sociais que neles transitam, portanto mais do que uma escola do campo ou uma escola agrícola, e sim “(...) uma escola para formar os agricultores e contribuir para o desenvolvimento do país” Gimonet (2007, p. 22).

No Estado do Pará, a proposta de instalação da experiência das CFR's nasceu do anseio de pequenos agricultores, estudantes, educadores, lideranças políticas oriundas do meio rural e lideranças comunitárias, que tinham a preocupação de propor alternativas educacionais para o meio rural que atendesse o homem do campo no campo, sem tirá-lo do seu contexto. Após realizarem um encontro para discutir esta experiência, mediados pelo atualmente denominado, Movimento pelo Desenvolvimento da Transamazônica e do Xingu

e a Universidade Federal do Pará – UFPA/ Campus de Altamira, em 1994 foi fundada a primeira CFR do Estado no município de Medicilândia funcionando com apenas 01 (uma) turma que atendia 25 (vinte e cinco) estudantes inicialmente. Com a consolidação da Casa de Medicilândia a experiência se expandiu para outros municípios do Pará, dentre os quais, o município de Conceição do Araguaia. (PPP – CFR/CDA, 2009, p. 13).

Atualmente no Pará existem 25 CFR's implantadas em vários de seus 114 municípios, além de estarem em curso discussões para que se instale em outros municípios. A CFR é caracterizada como um CEFFA – Centro de Familiar de Formação por Alternância, sendo uma instituição de ensino público, não estatal de gestão comunitária que oferta ensino fundamental, médio e técnico profissional em agropecuária. (PPP – CFR/CDA, 2009 p. 14).

O Pará possui extensão territorial de 1.247.954,666 km², é segunda maior Unidade Federativa do Brasil, e nessa vasta extensão, ocorrem com frequência os conflitos agrários, uma vez que o meio rural paraense é monopólio de grandes grupos capitalistas, prevalecendo o latifúndio, o agronegócio em detrimento da agricultura familiar. A esse respeito, Fernandes apregoa:

A ocupação e a conquista do latifúndio, de uma fração do território capitalista, significam a destruição – naquele território – da relação social capitalista e da criação e ou recriação da relação social familiar ou camponesa. Este é o seu ponto forte, que gera a possibilidade da formação camponesa, da sua própria existência, fora da lógica da reprodução ampliada das contradições do capitalismo. (FERNANDES, 2004, p.7).

Esta lógica capitalista repercute no contexto educacional, onde se observa políticas de fechamento e nucleação de escolas do meio rural, com vistas a racionalizar a estrutura das escolas que atendem as populações que vivem no campo. Nesta perspectiva Molina (2015, p.386) assevera que o modelo agrícola do agronegócio não demanda uma forte elevação da escolaridade do povo camponês. “Os pacotes agrícolas nos quais ele se sustenta não requerem, na execução dos processos produtivos no campo, de grandes mediações do conhecimento. Apenas alguns poucos processos exigem uma força de trabalho muito mais qualificada”.

De acordo com os dados do Grupo de Estudos e Pesquisa em Educação do Campo da Amazônia (GEPERUAZ), mais de 100 mil escolas foram fechadas no Brasil no período de 2000 a 2015. No Estado do Pará, foram 5.355 mil escolas do campo fechadas, sendo 4.411 escolas no campo e 944 na cidade.

A região de Conceição do Araguaia, onde foi implantada a Escola Comunitária – Casa Familiar Rural de Conceição do Araguaia em 2004, possui um grande número de assentamentos de reforma agrária onde antes existiam as áreas de colonização. Todavia, a população camponesa ainda enfrenta vários problemas para permanecer na terra, entre as quais as dificuldades de acessar serviços básicos como saúde, estradas, habitação e educação (PPP – CFR/CDA, 2009, p. 4).

Os testemunhos obtidos sobre a implantação da CFR em Conceição do Araguaia, mescla-se à história de luta dos povos que vivem no e do campo pela conquista da terra e traz no seu bojo a experiência do envolvimento de diversos sujeitos e instituições. Esse movimento foi registrado em documentos e também deixaram marcas na memória daqueles que a estão construindo diariamente. Ao terem oportunidade de contarem suas memórias, enfatizam o significado que a CFR possui na vida dos camponeses e como a

participação consciente tem sido relevante na consolidação desta experiência.

Após alguns anos de debates e mobilizações protagonizadas por camponeses assentados na região do Projeto de Assentamento Canarana, articulados com outros movimentos sociais e comunidades do campo a CFR foi construída no referido assentamento. Embora de maneira provisória e com espaços limitados, Silva (2016) que foi diretora da CFR, relatou que a sua implantação teve um significado especial “porque surgiu a partir da necessidade que a gente tinha na região, de lidar com a condição do jovem no campo e com a dificuldade de acesso à escola”.

A narrativa expressa um dos principais problemas que os mesmos enfrentavam, que era o da falta de oportunidade de terem acesso a uma escola no local onde viviam. Esta demanda desfavorecia que o direito à educação, já previsto legalmente, fosse garantido e contribuía para a diminuição as possibilidades dos sujeitos do campo de serem escolarizados.

Na rotina dos estudantes havia momentos planejados para que eles também colaborassem nas atividades de limpeza da escola. A gestão da CFR era compartilhada e exercida pela Associação Mantenedora composta por líderes comunitários e pais dos estudantes.

Nesta trajetória destacamos a mobilização dos movimentos sociais do campo onde os entrevistados militavam, lutando pelo direito a terra e posteriormente, pelo direito a uma educação que tivesse a identidade camponesa, que promovesse o ensino voltado aos seus interesses, onde que estes tivessem a autonomia de decidir em continuar no campo sendo agricultores ou optar pelo modo de vida urbano, sem correrem o risco de serem excluídos socialmente. Sobre esta questão, destacamos a observação que a “educação do campo vincula a luta por uma educação com o conjunto das lutas pela transformação das condições sociais de vida no campo” (CALDART, 2011, p. 155).

Contudo, todo o envolvimento e luta empreendido não foram suficientes para manter a escola em pleno funcionamento. Atualmente, a mesma encontra-se em perspectiva, à mercê das novas políticas públicas voltadas para a educação, ressalte-se os cortes implementados pela nova gestão do MEC, que podem afetar diretamente a sua materialização, como também uma crise nos movimentos sociais da região, que perderam forças. Vale destacar ainda, a nova conjuntura social dos envolvidos no processo de implantação. Muitos já deixaram o campo e estabeleceram vida nova na cidade, soma-se a isto, o fato de não ter surgido novos líderes, ou pessoas comprometidas com a manutenção da CFR.

Esse panorama retrata como a educação para os sujeitos do campo, tem sido menosprezada pelo poder público no contexto das políticas liberais que prevalecem no estado capitalista brasileiro, pois por muitos anos a educação que tem sido reproduzida no campo se caracteriza como uma forma distorcida da educação produzida no meio urbano. Esta situação vem impulsionado os movimentos sociais a buscarem alternativas que atendam às necessidades dos povos que vivem no e do campo, colocando a escola do campo como mais um espaço disputa e conquistas, uma vez que a resistência destes sujeitos aos modelos de escola urbanizadas, tem promovido a oportunidade de que as escolas do campo rompam com os formatos tradicionais escolares e se tornem mais próximas da realidade na qual estão inseridas.

Ao buscarmos a recuperação dos fatos condicionantes na trajetória da implantação e implementação da CFR em Conceição do Araguaia, procuramos dar vozes aos sujeitos envolvidos neste processo histórico, onde estes, puderam expressar a relevância deste modelo de escola para melhoria da educação do campo no município, bem como, consideraram os fatores sócio-políticos e econômicos que foram incisivos na consolidação deste processo, traçando um panorama da implantação da CFR e identificando parceiros como movimentos sociais e instituições entre os quais: Movimento de Mulheres Camponesas, Comissão Pastoral da Terra, Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Igreja Católica, Movimento de Pequenos Agricultores, Associação das Casas Familiares Rurais - ARCAFAR Norte, que contribuíram e contribuem como atores e autores na construção desta história, que em alguns momentos se deparam com a expectativa de continuidade ameaçada por políticas que buscam atender somente aos interesses da sociedade econômica capitalista em detrimento ao interesse dos pequenos agricultores, que mantem com o campo não somente uma relação de exploração para o enriquecimento material mais que possuem uma relação vital e cultural com a terra.

Dos relatos dos sujeitos entrevistados, apreendemos que mesmo diante de muitos percalços que enfrentaram e ainda enfrentam, é unânime a compreensão de que a CFR é fundamental para o processo de desenvolvimento humano e social através da concretização de um projeto educativo fundamentado na alternância entre teoria e prática, onde são compartilhadas com a família dos estudantes as responsabilidades da educação e do desenvolvimento territorial voltada para a vocação agrícola regional.

Este estudo permitiu-nos um olhar crítico sobre o espaço social que é a escola do campo e a compreensão de que a mesma está permeada de conflitos ideológicos, que ultrapassam as questões rotineiramente discutidas na escola como: método de ensino, currículo, recursos didáticos, formação docente, orientação pedagógica e outros. Estes tensionamentos coloca a escola do campo como um espaço de dominação social para a manutenção dos interesses do capital, que por sua vez busca investir somente se tiver possibilidades de lucros. Portanto a resistência dos sujeitos do campo por uma escola que permita a articulação da educação com o trabalho buscando uma proposta emancipadora em relação a sua sujeição aos interesses capitalistas é necessária, pois há negligência por parte do poder público e de seus grupos hegemônicos em relação as políticas públicas que promovam o desenvolvimento sustentável do território e que venha fortalecer a identidade povo camponês.

PALAVRAS-CHAVE: Casa Familiar Rural. Implantação. Condicionantes Sociais.

REFERÊNCIAS:

ALBERTI, Verena. **Manual da Historia Oral**. FVG Editora. 2005

CALDART, Roseli Salete. A escola do campo em movimento. In: ARROYO, M. G.; CALDART, R. S.; MOLINA, M. C. (Org.). **Por uma educação do campo**. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

ESTEAM, Dimas de Oliveira. **Casa Familiar Rural: a formação com base na Pedagogia da Alternância**. Florianópolis: Insular, 2003.

FERNANDES, Bernado Maçano; MOLINA, Mônica Castagna. O Campo da Educação do Campo. In: MOLINA, M. C.; JESUS, S. M. S. A. de. (Orgs.). **Por Uma Educação do Campo: contribuições para a construção de um Projeto de Educação do Campo**. Brasília: Articulação Nacional "Por uma Educação do Campo", v. 5, 2004.

_____, Jean-Claude. **Praticar e compreender a pedagogia da alternância dos CEFFAs**. Petrópolis, RJ: Vozes, Paris: AIMFR – Associação Internacional dos Movimentos Familiares e de Formação Rural, 2007.

SILVA, Leinete Sousa. Entrevista concedida a Walnélia Benigno Magalhães Carrijo em 25/11/2016.